



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Quinta-feira
(22/03)**

Manchetes

O Globo: Governo exigirá dos estados cumprimento de metas de segurança pública

O Globo: Crime organizado é maior ameaça à soberania nacional, diz comandante do Exército

Estadão: Delegado responsável por grupo que investiga políticos entrega cargo e abre crise na PF

Câmara dos Deputados: Câmara aprova urgência para bloqueio do sinal de celular em presídios

Amazonas Atual: De 24 penitenciárias vistoriadas, quatro são consideradas modelo pelo CNJ

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Desvio de dinheiro: G1 informa que o novo comandante-geral da Guarda Civil Metropolitana (GCM) de São Paulo, Carlos Alexandre Braga, é suspeito de desviar dinheiro e falsificar documentos públicos. Segundo o Ministério Público Federal, Braga teria participado de um esquema de desvio de mais de R\$ 222 mil de verbas federais por meio de convênio fraudulento entre a associação que ele presidia e a Prefeitura de Paraguaçu Paulista, no interior de São Paulo. O inspetor também responde a uma ação civil pública por improbidade administrativa.

Cumprimento de metas: O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, informou na última quarta-feira (21), em discurso no Palácio do Planalto, que o governo federal só vai repassar verbas aos estados e municípios que se comprometerem a cumprir metas concretas de redução da criminalidade. Para receberem os repasses federais para seus projetos de combate à violência, os governadores e prefeitos terão de assinar contratos de gestão, assumindo metas de redução de homicídios e de roubos, contratação de policiais, cursos de formação, entre outras. Segundo o ministro, o monitoramento será do



Exército, e para isso está sendo reformulada a inspetoria de Polícias Militares existente no organograma da Força. Notícia do **O Globo**.

Verba para intervenção: G1 noticia que o presidente Michel Temer afirmou na quarta-feira (21) que as "solicitações" do interventor na segurança do Rio de Janeiro, general Walter Braga Netto, e as ações do governo federal estão "em consonância". Braga Netto afirmou, na última segunda (19), que o déficit na área de segurança do Rio é de R\$ 3 bilhões. O valor supera o R\$ 1 bilhão que Temer disse que o governo vai investir na intervenção, no entanto, de acordo com o presidente, o déficit apresentado por Braga Netto envolve gastos que a União não pode bancar, sob risco de invadir a competência estadual.

Soberania nacional: O Globo noticia que o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, disse que o crime organizado é, no momento, a maior ameaça à soberania nacional. Para ele, a criminalidade no Rio é resultado de décadas de demandas e necessidades básicas da população não atendidas, o que transbordou em forma de violência. O general disse achar que a intervenção federal na segurança pública precisará de tempo para surtir efeito, e que as Forças Armadas só terão sucesso se houver a atuação de outros setores do Estado e dos governos.

Combate estagnado: Folha de S. Paulo noticia que a falta de aplicação de práticas inovadoras para solucionar problemas de segurança pública é a principal razão para o país não ter alcançado ainda bons resultados na área, segundo participantes de seminário sobre inovação no Centro-Oeste. Indicadores recentes da violência, como o aumento do encarceramento e da criminalidade, mostram que o combate ao crime está estagnado, segundo Pedro Luiz Costa, coordenador de estudos e políticas de Estado do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão do Ministério do Planejamento.

Entrega de cargo: Estadão informa que o delegado da Polícia Federal (PF), Josélio Azevedo, pediu para sair do Grupo de Inquéritos do Supremo Tribunal Federal (Ginq), que cuida de investigações envolvendo políticos e foi criado a partir da Operação Lava Jato. Ele comunicou aos colegas que deixará o cargo por divergências com o novo comando da Polícia Federal. O delegado Márcio Anselmo, que atou na primeira fase da Operação



Lava Jato, deve assumir o posto.

Sistema Prisional

Possibilidade de protestos: Uma eventual prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva preocupa o diretor do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen), Luiz Alberto Cartaxo, responsável pelos presídios do estado, entre eles o Complexo Médico Penal (CMP). Localizado na região metropolitana de Curitiba, o CMP recebe a maioria dos presos da Operação Lava Jato. Cartaxo afirma que precisará de reforço de segurança no entorno do presídio, caso os desembargadores da segunda instância neguem o embargo da defesa de Lula na segunda-feira (26) e o juiz Sergio Moro determine o cumprimento da sentença no local. O petista foi condenado a 12 anos e 1 mês de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá. No entanto, a prisão ainda pode ser evitada no Supremo Tribunal Federal (STF), onde será julgado um habeas corpus da defesa do ex-presidente na tarde desta quinta-feira. Notícia do **O Globo**.

Urgência para bloqueio: O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (21), por 394 votos a 2, o regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 470/18, do Senado, que exige das operadoras de celular o bloqueio de sinal em penitenciárias. Para esse bloqueio, serão destinados recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). No debate em Plenário, o deputado Fábio Trad (PSD-MS) ressaltou que a instalação dos bloqueadores aprimora os mecanismos de segurança nas instituições prisionais. O deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), por sua vez, disse que os bloqueadores são instrumentos essenciais para enfraquecer as ações do crime organizado. Notícia da **Câmara dos Deputados**.

Penitenciárias modelo: Amazonas Atual informa que, das 24 unidades prisionais femininas visitadas pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ) em 2018, quatro delas se destacam como exemplo de boas práticas e no atendimento à mulher. A vistoria foi feita no período de 25 de janeiro a 5 de março. De acordo com a juíza auxiliar da Presidência do CNJ Andremara dos Santos, que coordenou os trabalhos, para determinar a excelência de uma penitenciária foram consideradas suas instalações físicas, a assistência médica disponível, os equipamentos de apoio e o tratamento humanizado



dados as presas.

Gestantes presas: Senado Notícias noticia que o projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nesta quarta-feira (21), estabelece que gestantes ou mães de criança com deficiência poderão trocar a prisão preventiva por prisão domiciliar. O PLS 64/2018 torna lei uma decisão de 2016 do Supremo Tribunal Federal (STF), permitindo a troca da prisão preventiva pela domiciliar para grávidas, puérperas (recém-mães) e mães de criança com deficiência (julgamento 143.641/SP). Para a autora, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), a separação dos filhos é prejudicial para as crianças, e a presença deles na prisão é inviável.